



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

2.ª Etapa

CURSO DE FORMAÇÃO

1.ª Prova

Cargo:

POLICIAL Rodoviário FEDERAL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 **Verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Um pouco de probidade é melhor do que qualquer carreira.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **18/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **19 e 20/4/2009** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes. Nesse sentido, considere que as siglas seguintes, sempre que utilizadas na prova, deverão ser interpretadas nesta forma: DF = Distrito Federal; PRF = Polícia Rodoviária Federal; .

PROVA OBJETIVA

A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo presidente Washington Luiz, em 1928, com a denominação de polícia de estradas. Somente em 1935 organizaram-se os serviços de vigilância das rodovias Rio – Petrópolis, Rio – São Paulo e União Indústria, quando foi criado o primeiro quadro de policiais rodoviários, denominados, à época, inspetores de trânsito. Em 1945, com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), nascia a denominação de Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Com o advento da Constituição de 1988, a PRF foi institucionalizada e integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, cabendo-lhe o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Desde 1990, a PRF está integrada à estrutura do Ministério da Justiça. Atualmente, ela está presente em todo o território nacional, estruturada em 21 superintendências regionais, 5 distritos regionais, 15 delegacias e 400 postos de fiscalização, e a administração central está localizada em Brasília.

Zander Cavalcante Arruda. *Evolução histórica, organização estrutural e hierárquica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal*. Brasília: MJ/DPRF/CGRH/CE, 2009, p. 6, 8 e 13 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial e com base nos aspectos marcantes da trajetória da PRF, julgue os itens de 1 a 9.

- 1 A atual PRF tem uma longa história iniciada ainda nos tempos da Primeira República ou República Velha.
- 2 O surgimento dos policiais rodoviários ocorreu quando o Brasil passou a contar com grandes rodovias nas mais diversas regiões do país.
- 3 A PRF tem essa denominação desde o momento em que passou a compor os quadros do Ministério da Justiça.
- 4 Nas primeiras décadas de existência da PRF, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil.
- 5 Integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, a PRF tem, entre suas atribuições, prevenir e reprimir o tráfico de armas e de drogas ilícitas.
- 6 Para garantir a uniformidade de procedimentos no desempenho de sua missão, a PRF está organizada de forma centralizada e unitária, desconhecendo a existência de unidades administrativas.
- 7 A partir da promulgação da Constituição de 1988, a PRF ficou impedida de fazer uso de radares fotográficos no combate ao excesso de velocidade nas rodovias brasileiras.

8 Atualmente, o número de postos de fiscalização é bem mais que o dobro que o quantitativo de delegacias da PRF existentes no país.

9 O combate à exploração sexual de menores, ao trabalho escravo, ao contrabando e aos crimes ambientais inscreve-se entre as atribuições conferidas à PRF.

Logo no preâmbulo da Carta de 1988, encontramos a proclamação de que os representantes do povo brasileiro se reuniram em Assembléia Nacional Constituinte “para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

No Estado democrático de direito, o que se exige do agente de cumprimento da lei não é que execute, a qualquer custo, o que nela estiver previsto, mas que realize o comando legal, de forma que lese o mínimo possível os interesses particulares.

José Teógenes Abreu, Jetson José da Silva, Luciano Crisafulli Rodrigues. *Sociedade, Estado e Polícia*. Brasília: MJ/DPRF/CGA/CE, 2009, p.13 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 10 Denominada Constituição Cidadã, a Carta de 1988 foi obra de parlamentares eleitos pelo povo e contou com ampla participação de setores da sociedade brasileira.
- 11 Princípio essencial da Constituição de 1988, o Estado democrático de direito pressupõe o respeito à cidadania, à dignidade da pessoa humana, ao trabalho, à livre iniciativa e ao pluralismo político.
- 12 A Constituição brasileira sugere que a guerra é o caminho natural para a resolução de problemas ou disputas no âmbito internacional.
- 13 No Estado democrático de direito, o princípio da intervenção máxima existe para garantir a segurança pública, não impondo limites à ação do agente no cumprimento da lei.
- 14 A integridade física e moral do preso é garantida constitucionalmente.
- 15 Por seu caráter letal, o uso de arma de fogo é vedado ao policial rodoviário, mesmo em caso evidente de legítima defesa.

Segundo a Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 16 As ações locais de educação para o trânsito devem ser comunicadas ao presidente da respectiva Comissão Regional de Educação para o Trânsito (CRET), que solicitará à Divisão de Planejamento, Ensino a Distância e Educação de Trânsito (DITRAN) autorização e, se for o caso, os meios necessários para realização dessas ações.
- 17 Para sua realização, qualquer ação de educação para o trânsito, inovadora ou não, necessita obrigatoriamente do aval do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) que considerará aspectos como conveniência e oportunidade.
- 18 Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), considera-se trânsito a utilização das vias, apenas por veículos em grupos, para fins de circulação, parada e operação de carga e descarga.
- 19 Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei n.º 9.394/1996 —, a educação não abrange os processos formativos que se desenvolvem no trabalho.
- 20 É necessário que o policial rodoviário federal agregue em seu perfil ações educadoras, embasadas em técnicas pedagógicas e dados reais que lhe permitam atuar com confiança e competência na disseminação de medidas preventivas.
- 21 Os projetos de educação para o trânsito devem restringir-se apenas na transmissão das normas, regras e preceitos legais.
- 22 Para realizar palestra de educação para o trânsito, o policial rodoviário federal necessita de autorização da chefia, e só deve fazê-lo devidamente uniformizado.

Considerando que a atividade policial visa promover a segurança da sociedade, suplantando os interesses pessoais e restabelecendo a tranquilidade pública, e que o policial tem o dever de aplicar a força em propósitos policiais legítimos, julgue os itens de 23 a 30.

- 23 Força é toda ação, intervenção compulsória, que, incidindo sobre grupo de indivíduos, reduz ou elimina a capacidade de autodeterminação.
- 24 Não há dispositivo normativo no Código de Processo Penal que autorize o emprego da força.
- 25 A aplicação progressiva da força está embasada em três elementos de ação, sendo um deles a tática, que é demonstrada pela presteza da resposta do policial às ações do indivíduo, medida em termos da instantaneidade e da necessidade.
- 26 Entre os níveis do uso progressivo da força, a presença física baseia-se na ampla variedade de habilidades de comunicação por parte do policial, capitalizando a aceitação geral que a população tem da autoridade.

- 27 Quando o policial for algemar alguma pessoa, deve fazê-lo, preferencialmente, nas posições de joelho e deitado, ainda que ela seja cooperativa e não ofereça risco ao agente.
- 28 Os agentes e as armas menos letais são indispensáveis às operações policiais, e apresentam como vantagem serem mais humanas.
- 29 Para fazer uso de arma de fogo, quando isso não representar risco indevido, ou de dano grave ou morte para terceiros, o agente deve avisar prévia e claramente sua intenção de usá-la, com tempo suficiente para que o aviso seja levado em consideração.
- 30 Pode-se justificar o aumento do nível de força a ser aplicado durante uma intervenção policial, entre outros fatores, pelo estado emocional do policial no momento do confronto.

A respeito da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 31 As autarquias são entidades dotadas de personalidade jurídica própria e fazem parte da administração direta.
- 32 A intervenção, característica inerente à administração pública, está relacionada à regulamentação e fiscalização da atividade econômica de natureza privada e à atuação direta do Estado no domínio econômico, por meio de empresas estatais.
- 33 Um dos poderes da administração é o de disciplinar, que se caracteriza pela expedição de normas com o objetivo de facilitar a execução das leis.
- 34 Pelo princípio constitucional da legalidade, o administrador só pode fazer o que está expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas.
- 35 O DF tem a mesma estrutura político-administrativa dos estados, com Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário próprios. Entretanto, os estados são regidos por constituição estadual e o DF, por lei orgânica.
- 36 A competência do Congresso Nacional resume-se à elaboração de leis.
- 37 A organização do Poder Judiciário está fundamentada na divisão da competência entre os órgãos que o integram no âmbito estadual e federal. À justiça federal cabe o julgamento das ações não compreendidas na competência da justiça estadual.
- 38 O Ministério Público do Distrito Federal faz parte do Ministério Público da União.
- 39 A Agência Nacional de Transportes Terrestres é uma agência reguladora integrante da administração direta.
- 40 O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal.
- 41 O pregão não é considerado uma modalidade de licitação.
- 42 A Corregedoria-Geral é uma unidade central do DPRF.
- 43 A liquidação é o terceiro estágio da despesa orçamentária, que é processado pela unidade gestora no momento da emissão do documento ordem bancária.

Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue os itens a seguir.

44 O Conselho Nacional de Trânsito é o órgão máximo do SNT.

45 A Polícia Rodoviária Federal (PRF) compõe o SNT.

Acerca do processo administrativo referente à aplicação de penalidades por infrações de trânsito, julgue os próximos itens.

46 Quando o veículo não possui placa, ou seja, ainda não é registrado, o auto de infração é considerado irregular.

47 Em relação à lavratura do auto de infração é a notificação da penalidade que completa o ato.

No que se refere às penalidades e medidas administrativas previstas na legislação de trânsito, julgue os itens a seguir.

48 Se um infrator das normas de trânsito for apenado com suspensão, notificado da penalidade e ainda não tiver entregado a habilitação, não estará com o direito de dirigir suspenso, pois a suspensão só se inicia com o recolhimento do documento de habilitação.

49 Um veículo apreendido fica sob custódia do órgão de trânsito por tempo indeterminado.

50 A remoção do veículo normalmente ocorre por infrações de estacionamento irregular, ou, ainda, por falta de combustível ou reparo do veículo na via pública.

51 Quando o condutor do veículo se recusar a realizar qualquer um dos procedimentos previstos para verificação do teor alcoólico, e verificar-se, mediante os notórios sinais e sintomas de embriaguez, que o condutor se encontra sob influência de álcool, deve ser preenchido o Termo de Constatação de Embriaguez.

Quanto às regras de circulação no trânsito e aos documentos de porte obrigatório, julgue os itens seguintes.

52 Apenas os veículos prestadores de serviços de utilidade pública podem usar luzes intermitentes rotativas vermelhas.

53 O condutor de veículo automotor, natural de país estrangeiro e nele habilitado, desde que penalmente imputável no Brasil, ou seja, possua 18 anos de idade, poderá dirigir no território nacional quando amparado por convenções ou acordos internacionais, ratificados e aprovados pelo Brasil e, igualmente, pela adoção do princípio da reciprocidade, no prazo máximo de 180 dias, respeitada a validade da habilitação de origem.

A respeito das infrações de trânsito, julgue os itens a seguir.

54 É considerada infração de trânsito o uso irregular do cinto de segurança, como, por exemplo, a colocação do cinto por debaixo do braço.

55 A fiscalização de velocidade com radar móvel só pode ocorrer onde não houver variação de velocidade nos últimos dez quilômetros.

A ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por essa razão, é um elemento essencial na produção da realidade social. Com relação à ética e à postura profissional do servidor público, julgue os itens seguintes.

56 A moralidade, no serviço público, está relacionada à obediência incondicional do servidor aos superiores hierárquicos.

57 A sensibilidade moral é requisito essencial para o exercício das funções do servidor público.

58 O servidor representa o Estado e, por tal motivo, deve agir de forma a limitar o direito público em benefício do interesse particular.

59 A impessoalidade está relacionada ao fato de o cargo ocupado pelo servidor pertencer ao Estado para o cumprimento de sua missão de servir.

60 A prestação de serviço público deve ser compreendida como as ações do servidor desprendidas de recompensa unicamente pecuniária, motivadas por uma visão complexa da instituição e de sua participação nela.

A competição internacional intensa, uma força produtiva que exige mais do trabalho do que simplesmente um meio de ganhar a vida, e uma complexidade crescente de conhecimento técnico e fluxos de informações, pressionou as organizações a explorar formas inovadoras de utilizar os recursos humanos com eficácia. Algumas habilidades interpessoais são imprescindíveis no contexto de trabalho em constante mudança. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

61 Identificar e reconhecer as próprias emoções são primordiais para que o servidor consiga reconhecer as emoções das outras pessoas, colocar-se no lugar delas e, assim, apresentar um comportamento efetivo para resolver as diferentes situações.

62 Conflitos devem ser considerados como situações anômalas que trazem consequências negativas para a vida social.

63 O desgaste emocional a que pessoas são submetidas nas relações com o trabalho é fator significativo para a origem de transtornos relacionados ao estresse.

64 Mudanças no trabalho são alterações que, normalmente, envolvem várias dimensões no ambiente organizacional e costumam causar reações negativas nos servidores.

65 Os julgamentos acerca das pessoas são influenciados pelos erros de percepção, o que pode gerar um comportamento inadequado do servidor público e levá-lo a traçar um quadro impreciso e estereotipado da situação.

66 O trabalho em equipe pode aumentar a eficácia, a integração, a cooperação, a conjugação de habilidades e o compartilhamento da solução dos problemas, aumentando, assim, a qualidade dos serviços.

A respeito das competências do servidor público, julgue os itens que se seguem.

- 67** As competências do servidor público devem-se manifestar harmonicamente, por meio de ações que expressem seus conhecimentos, suas habilidades e atitudes e garantam possibilidades de realização da missão e da visão organizacionais.
- 68** O atendimento satisfatório ao usuário dos serviços públicos deve ser pautado pelo distanciamento e pela indiferença no contato com os problemas do outro.
- 69** As relações mantidas em um ambiente organizacional harmônico e positivo tornam os relacionamentos imunes a conflitos.
- 70** A preocupação com a qualidade do serviço é responsabilidade privativa dos servidores ocupantes de cargos de chefia, ficando os demais desobrigados de tal preocupação, cabendo-lhe apenas cumprir as ordens superiores.

A forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação — ou se aceite a existência — de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama *burocratês*. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases. A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica — comunicar com impessoalidade e máxima clareza — impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Maria das Graças Dias Brandão. *Português para administração pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009, p. 6 (com adaptações).

Tendo o texto apresentado acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca dos aspectos gerais da redação oficial.

- 71** Na redação oficial, a exigência de impessoalidade decorre do caráter público dos elementos que constituem a comunicação: o emissor, o destinatário e o assunto da comunicação.
- 72** O padrão oficial de linguagem empregado na redação oficial implica o emprego de linguagem rebuscada e de figuras de linguagem, que é próprio da língua literária.
- 73** Em nome da concisão, a redação oficial exige economia de pensamento, isto é, justifica-se a eliminação de passagens substanciais do texto para reduzir o seu tamanho.

Além de atender à disposição constitucional, a forma dos atos normativos obedece a certa tradição. Há normas para sua elaboração que remontam ao período de nossa história imperial, como, por exemplo, a obrigatoriedade — estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 — de que se aponha, ao final desses atos, o número de anos transcorridos desde a Independência. Essa prática foi mantida no período republicano. Outros procedimentos rotineiros na redação de comunicações oficiais foram incorporados ao longo do tempo, como as formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação, a estrutura dos expedientes etc.

Idem, ibidem.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos às comunicações oficiais.

- 74** O atual emprego de pronomes de tratamento indireto nas correspondências oficiais dirigidas às autoridades provém da larga tradição do uso desses pronomes na língua portuguesa.
- 75** O trecho a seguir é um dos fechos atuais recomendados pelo Manual da Presidência da República para saudar o destinatário da comunicação oficial: Com os protestos de elevada estima e distinta consideração.
- 76** O padrão ofício é a diagramação única adotada atualmente, em nome da uniformidade, para três tipos de expedientes oficiais que têm diferentes finalidades: o ofício, o aviso e o memorando.
- 77** Nos termos da legislação em vigor, a mensagem de correio eletrônico carece de valor documental, o que inviabiliza a sua aceitação como forma de transmissão de documentos originais.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) dispõe de instrumentos — atos oficiais — utilizados para publicidade e validade de seus atos administrativos, bem como para a efetivação do trabalho cotidiano do policial rodoviário federal. Quanto a esses atos oficiais, julgue os próximos itens.

- 78** A instrução normativa (IN) tem por finalidade regulamentar legislação apropriada à estrutura do DPRF ou instituir norma com abrangência em todas as áreas da instituição.
- 79** Boletim de serviço é o instrumento utilizado para dar publicidade e validade aos atos administrativos emanados pelo DPRF.
- 80** A narrativa de boletim de ocorrência dispensa o emprego do padrão culto da língua, a clareza e a concisão, uma vez que o policial deve fazer seu registro no local do acidente rodoviário.